



Ministério de Minas e Energia

Comitê Interno de Governança do MME

SINOPSE DE MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 24 de março de 2021

Horário: 9:00 as 12:00

Local: Videoconferência a partir do TEAMS® Microsoft

Participantes: conforme lista em anexo.

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME), que cumprimentou a todos, informou que a reunião está direcionada para importantes deliberações e apresentou a pauta do dia:

- Apresentação e deliberação sobre o Plano de Trabalho para adequação à LGPD;
- Apresentação e deliberação sobre o normativo que estabelecerá os procedimentos relacionados ao tratamento, segurança e classificação da informação;
- Apresentação e deliberação sobre a proposta de Governança Regulatória;
- Apresentação e deliberação sobre a Portaria de Reunião com Parceiro Privado;
- Apresentação e deliberação sobre o Selo de Integridade;
- Cursos de capacitação: gestão de riscos; e
- Apresentação das ações inseridas no Planejamento Estratégico e cronograma.

2. APRESENTAÇÃO ACERCA DOS PONTOS PAUTA

Ato seguinte, a palavra foi dada para os representantes das Assessorias/Secretarias que abordaram os assuntos previstos na pauta:

O Chefe da Assessoria Especial do Controle Interno apresentou informações sobre o Plano de Trabalho elaborado para adequação do MME à LGPD, salientou que embora a proposta tenha muitas ações, ela não é complexa. Informou os normativos que norteiam o tema. Abordou o histórico cronológico da LGPD, de sua origem, até o início da vigência. Destacou que a lei nacional foi inspirada na europeia, pois são legislações funcionais para abordar a segurança e proteção de dados pessoais utilizados em corporações e organizações governamentais. Informou sobre a data da vigência (ano de 2020) e sobre o dispositivo de multas e sanções (ano de 2021), marcos que serviram para elaboração do cronograma do Plano de Trabalho.

Informou em tópicos como é estrutura da LGPD, quais sejam: as Definições, os

Princípios, as Hipóteses de Tratamento de Dados; os Direitos do Titular dos Dados; o Tratamento de dados pessoais sensíveis (raça, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicatos, dados referentes à saúde, genéticos, biométricos, etc); o Tratamento de dados de crianças e adolescentes; as Responsabilidades e ressarcimento de danos; a Segurança e boas práticas; a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD e o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais CNPD.

Explanou sobre o papel das 3 figuras abordadas na LGPD: encarregado, controlador e operador.

Na sequência, explicou os princípios elencados na LGPD, de forma expedita em uma visão de 3 blocos. Bloco 1: os princípios que estão relacionados aos objetivos e o propósito a que se pretende e a finalidade da LGPD. Bloco 2: os princípios relacionados aos direitos do titular dos dados, o que se espera e o tratamento que deve ser feito com os dados, quem faz, e por quanto esse dado é tratado no órgão. Bloco 3: os princípios relacionados aos deveres do órgão e as responsabilidades.

Posteriormente, elencou quais são as hipóteses que necessitam de tratamento, destacando a hipótese que mais está aderente ao MME, que seria a do fornecimento de consentimento pelo titular, quando acessamos um processo ou documento.

Informou ainda que foi recebido um questionário, encaminhado pelo TCU, que permite ter um diagnóstico inicial da adequação que o MME esteja promovendo. Apresentou a estrutura do questionário e a quantidade de perguntas -(em torno de 58). Uma vez, por ter sido indicado como encarregado pelo MME, no âmbito da LGPD, procedeu o preenchimento preliminar, e submeteu à Secretaria Executiva para validação. Destacou algumas questões relevantes, que precisam ser providenciadas, quais sejam: a identificação do processo e os operadores; se o MME possui uma política de segurança da informação, se possui uma Política de Privacidade, Plano de Resposta a Incidentes, dentre outras ações.

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração informou que internamente para o seu setor, iniciou em 2020 uma adaptação à LGPD das informações que tramitam, até que um normativo seja construído.

Continuando, Chefe da Assessoria Especial do Controle Interno explicou que identificou documento que descreve os 10 passos para se implementar a LGPD. Destacou que é necessário para o atendimento, sabermos quais dados o MME possui, onde estão e pra que utilizamos os dados.

Explicou sobre o Guia de Boas Práticas, disponível no site do governo digital, que é orientador.

Ato seguinte explicou em detalhes a estrutura do Plano de Trabalho proposto, estabelecendo 10 etapas.

A ideia principal é adequar os modelos documentais do MME, o sistema de informação, os bancos de dados, entre outros sistemas informatizados e documento processuais e administrativos que contenham dados pessoais. Destacou também, que será necessário definir se os dados coletados possuem o enquadramento legal, se podemos ter sem o consentimento ou se precisamos ter o consentimento de cada titular dos dados.

Sendo assim, cada setor precisará identificar um responsável para o cuidado da informação.

O Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica informou da capacitação inicial promovida por algumas instituições, destacou a importância de realização, principalmente para os operadores

Continuando, o Chefe da Assessoria de Controle Interno informou que na escola de governo estão disponíveis cursos direcionados ao entendimento do normativo dos Dados

Pessoais e são importantes os cursos são: Proteção de Dados Pessoais no setor público, Governança de Dados, Introdução a Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais.

Elencou as ações necessárias dentre elas, a elaboração de normativos internos.

Ao final, citou o Decreto que Instituiu a Estratégia de Governo Digital, e outros no sentido de o MME promover adequações as normas.

Na sequência o Secretário Executivo Adjunto consultou os demais participantes se possuem alguma informação, consideração ou objeção ao Plano de Trabalho apresentado. Como não houve questionamentos, o Plano de Trabalho foi considerado deliberado como aprovado e seguirá o tramite processual para sua implementação.

Na sequência, foi tratado o segundo assunto da pauta: normativo que estabelecerá os procedimentos relacionados ao tratamento, segurança e classificação da informação.

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração iniciou informando que se trata de um trabalho que estava sendo construído desde 2019, o trabalho está bem consolidado, mas destaca que muitos pontos citados na minuta de Portaria, precisam ser trabalhados internamente.

O Chefe da Assessoria Especial do Controle Interno destacou a necessidade de os setores observarem quando do início de um processo SEI, a devida forma de classificação da informação, deve ser observada. Nesse sentido, a minuta de Portaria trata também dessa abordagem.

A Secretária de Geologia Mineração e Transformação Mineral, informou que existe normativo do DNPM que é utilizado para a classificação dos processos minerários.

Continuando o Chefe da Assessoria Especial do Controle Interno informou que a minuta da Portaria teve como referência Normativos Externos e Normativos Internos. Procedeu-se a explicação da Linha do Tempo, cuja finalidade foi mostrar que será necessário atualizar alguns normativos do MME.

Na sequência apresentou a estrutura da minuta da Portaria.

A ideia, portanto, é promover adaptações e rever os normativos existentes, com destaque a estrutura do Comitê de Governança Digital.

Após a apresentação a Chefe de Gabinete da Secretária Executiva, informou que o Secretário-Executivo Adjunto precisou se ausentar, pois foi convocado pelo Ministro de Estado e perguntou aos demais participantes se eles teriam alguma consideração a fazer.

O Assessor da AEGE, salientou que no contexto dos normativos internos apresentados, eles designam os integrantes e também possuem diretrizes e são normativos. Que está em elaboração no MME a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto.

Devido à ausência do Secretário-Executivo Adjunto que apresentaria sobre o item 3 da pauta, que é a proposta Governança Regulatória, foi promovida a alteração da pauta, passando para o item da Portaria de Reunião com Parceiro Privado.

O Assessor da AEGE informou que a mencionada minuta Portaria orienta procedimentos internos para realização de audiências com interessados privados e que posteriormente deverá ser encaminhada para os representantes do Comitê de Governança apresentarem contribuições.

Sobre o item da pauta Selo de Integridade, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica informou que dentro da ideia das boas práticas, atenderá as empresas e as agências, uma vez que mostra a importância que trará ao desenvolvimento, ambiente de integridade sustentabilidade, ética, transparência.

Informou que reuniu as contribuições, elaborou proposta de concepção do Selo, apresentou medidas necessárias para a sua implementação. Destacou o Público – Alvo, que são: Agentes setoriais dos segmentos de energia elétrica, petróleo, gás natural, derivados, biocombustíveis, geologia, mineração e transformação mineral.

Apresentou a ideia que a Portaria terá e as próximas fases que precisam ser avançadas.

Por sua vez sobre o item da pauta Planejamento Estratégico, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica destacou os projetos estratégicos do MME, explicando os pontos de atenção. Solicitou atenção das Secretarias sobre o tema, pois está precisando de atualização. Reforçou que os pontos de contato de cada Secretaria precisam interagir com a equipe da AEGE.

Em especial destacou que a SGM e a SPG precisam de atualizar e se caso tenham sido concluídos, se possuem novas ações dentro do próprio projeto. Alguns precisam de data. Que a SEE e a SPE precisam visitar especificando os projetos.

Observem, portanto, as ações prioritárias devem aderentes aos projetos. Os indicadores precisam ser revisitados também para o sistema de monitoramento.

O Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico pontuou que algumas atividades rotineiras podem estar sendo tratadas como projetos.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico informou que irá verificar internamente os itens apresentados.

O Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica destacou que o Planejamento Estratégico procura concatenar os documentos das Secretarias com as diretrizes estruturantes PPA, ENDES, Planos de Longo Prazo.

O Secretário Adjunto de Energia Elétrica destacou a importância de revisarmos os projetos elencados e interação entre as equipes do MME.

O Secretário Adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis destacou que alguns projetos da Secretaria precisam ser revisitados.

A Secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral destacou que

ouve um descolamento das informações, uma vez que a dinâmica tem sido muito célere.

Sobre o item de Gestão de risco, o Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, destacou as contribuições recebidas

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração informou que estão promovendo tratativas com a AEGE sobre os futuros.

Após apresentação dos encaminhamentos, foi aberta a palavra e, não restando nenhuma observação a reunião foi encerrada as 12:00.

3. ENCAMINHAMENTOS:

Secretaria Executiva dará andamento aos assuntos deliberados.

Secretarias procurarem o ponto de contato da AEGE (Sr. Vivaldo) para as devidas explicações/atualizações do Planejamento Estratégico. AEGE promover reuniões.